



Do judaísmo ao cristianismo: fundamento da Páscoa e relação estrutural na longa duração

NATHANY A W BELMAIA*

KETTULLY F. DA SILVA NASCIMENTO**

MONICA SELVATICI***

1. Páscoa judaica – fundamento da comemoração

As festividades de fundo religioso auxiliam na construção e manutenção de uma identidade que une pessoas de diversas origens e nações sob um mesmo credo. A Páscoa, ou Pêssach judaico, neste caso, se destaca como um dos principais eventos do calendário judeu, onde, através de comemorações com símbolos e rituais especiais, evoca eventos passados, como a libertação da escravidão e o êxodo do Egito.

Segundo a Bíblia hebraica, o Faraó, que negara a libertação do povo de Deus, condenara o Egito a dez pragas (águas transformadas em sangue, rãs, piolhos, moscas, pestes no gado, úlceras, chuva de granizo, gafanhotos, três dias de escuridão e morte dos primogênitos). Antes, porém, da execução da décima praga, a morte dos primogênitos, o profeta Moisés foi divinamente designado para voltar ao Egito e liderar a partida dos hebreus rumo à terra prometida.

Assim, ele instruiu as famílias hebréias a sacrificar um cordeiro e molhar com o sangue do animal o umbral das portas de suas casas. Isto constituiria-se na marca do povo de Deus, para que, quando o anjo da morte que passasse pelo Egito, não levasse consigo o primogênito dos lares assim demarcados, como descrito em Êxodo:

E eu passarei pela terra do Egito esta noite, e ferirei todo o primogênito na terra do Egito, desde os homens até aos animais; e em todos os deuses do Egito farei juízos. Eu sou o Senhor. E aquele sangue vos será por sinal nas casas em que estiverdes; vendo eu sangue, passarei por cima de vós, e não haverá entre vós praga de

* Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Social da UEL, bolsista CAPES.

* * Graduada em História pela UEL.

* ** Doutora em História pela UNICAMP.

mortandade, quando eu ferir a terra do Egito. E este dia vos será por memória, e celebrá-lo-eis por festa ao Senhor; nas vossas gerações o celebrareis por estatuto perpétuo. (ÊXODO 12:12-14)

Ainda de acordo com o Êxodo, o anjo enviado por Deus arrebatou a vida de todos os primogênitos egípcios, desde os animais até o filho do Faraó. Após o episódio da mortandade, o Faraó, temendo sofrer mais retaliações advindas da ira daquele Deus (que já o “castigara” tirando a vida de seu próprio filho), decide libertar o povo de Israel, fato que deu início ao êxodo daquele povo para a terra de Canaã.

A explicação de como se constituiria o fundamento da realização da Páscoa, e que a data seria guardada e comemorada, vem da memória deste dia de libertação. Na frase destacada na citação anterior (de Êxodo 12:12), encontramos a prescrição para que a celebração se torne um estatuto perpétuo. E, em seguida, continua no mesmo capítulo:

Portanto guardai isto por estatuto para vós, e para vossos filhos para sempre. E acontecerá que, quando entrardes na terra que o Senhor vos dará, como tem dito, guardareis este culto. E acontecerá que, quando vossos filhos vos disserem: Que culto é este? Então direis: Este é o sacrifício da páscoa ao Senhor, que passou as casas dos filhos de Israel no Egito, quando feriu aos egípcios, e livrou as nossas casas. Então o povo inclinou-se, e adorou. (ÊXODO 12:24-27)

Portanto, conclui-se que o motivo atribuído à comemoração judaica da Páscoa se dá em função do êxodo do Egito. Mas, os versículos 15 a 17 do capítulo 12 de Êxodo, mencionam que, no mesmo dia do evento da libertação, já existia uma outra comemoração, a festa dos pães ázimos (pães sem fermento), que, naquele momento, ocorria no mesmo dia da Páscoa. Esta “junção” serviu como base para inferência de procedimentos de como a data deveria ser observada pelos fiéis:

Sete dias comereis pães ázimos; ao primeiro dia tirareis o fermento das vossas casas; porque qualquer que comer pão levedado, desde o primeiro até ao sétimo dia, aquela alma será cortada de Israel. Guardai, pois a festa dos pães ázimos, porque naquele mesmo dia tirei vossos exércitos da terra do Egito; pelo que guardareis a este dia nas vossas gerações por estatuto perpétuo. (ÊXODO 12:15-17)

Pode-se ver, que, embora a celebração seja tratada como única (dado que os rituais da Páscoa judaica ocorrem durante sete dias atualmente), ela adveio da fusão com uma outra festividade, que, possivelmente, poderia ter um outro fundamento, que não é citado na Bíblia. Assim, temos que, mesmo antes da data ser associada à libertação do povo e a passagem pelo deserto em busca da terra prometida, a festividade já existia anteriormente:

Com a inserção da Páscoa no contexto do Êxodo tudo se transformou. O relato dos capítulos 11 e 12 (do Êxodo) combina intencionalmente dois temas independentes, a décima praga e a Páscoa. Tal união mudou o sentido dos velhos ritos dessa festa de pastores, tornando-os históricos. [...] (RAVASI, 1985, p.59-60)

De acordo com Ravasi (1985, p.59), antes de Moisés, a festividade que fora posteriormente designada "Pêssach judaico", estava sob o pano de fundo de uma sociedade de base agrícola, regida pela mudança das estações, ciclos lunares, migrações pastorais, uso do bastão e sacrifícios, onde, por exemplo, um animal era sacrificado (sob os cuidados de não ser despedaçado durante o ato), para que pudesse retornar na forma de maior vitalidade e fertilidade para o rebanho. Conforme o livro de Deuteronômio:

Então sacrificarás a páscoa ao Senhor teu Deus, das ovelhas e das vacas, no lugar que o Senhor escolher para ali fazer habitar o seu nome. Nela não comerás levedado; sete dias nela comerás pães ázimos [sem fermento], pão de aflição (porquanto apressadamente saíste da terra do Egito), para que te lembres do dia da tua saída da terra do Egito, todos os dias da tua vida. [...] Seis dias comerás pães ázimos e no sétimo dia é solenidade ao Senhor teu Deus; nenhum trabalho farás. (DEUTERONÔMIO 16:1-8)

As prescrições de Deuteronômio sobre a forma de comemoração da Páscoa, solidificam e estreitam os laços com relação à festa dos pães ázimos, primeiro, por atribuir-lhe uma historicidade associada à “pressa que o povo saiu do Egito” (que não teria lhes dado tempo hábil para fermentar o pão que os alimentaria), e, depois, pelo fato de incorporá-la ritualisticamente, sinalizando, por exemplo, a não ingestão de fermento durante os dias que antecedem a comemoração pascal.

De acordo com Tomaz (2008, p.13-14) o Sêder de Pêssach (jantar de Páscoa), é preparado com alimentos que contém toda uma simbologia associada ao evento, evocando os motivos da comemoração. Dentre eles há, por exemplo, três matzots (os pães sem fermento), um pedaço de osso do cordeiro ou ovelha, que simboliza o sacrifício do cordeiro para evitar as

mortes dos primogênitos, a erva amarga (representado pela escarola) que marcaria o sofrimento dos escravos no Egito, o charóssset (mistura de nozes, amêndoas, tâmaras, canela e vinho), fazendo alusão ao trabalho dos judeus nas edificações do faraó, o karpás e o salsão (considerado o “sabor” do Êxodo) entre outros. Cada um desses alimentos é disposto e consumido segundo formas e rituais específicos, que incluem desde a ordem da ingestão de cada alimento bem como momentos de bênçãos, agradecimentos, pedidos, narrações de história, cânticos etc.

2. Páscoa Cristã - fundamento da comemoração

Na teologia cristã, os eventos iniciados desde a última ceia até a ressurreição, são chamados de “Paixão de Cristo”, aludindo aos sofrimentos físicos e mentais que Jesus passara nas horas que antecederam seu julgamento e execução na cruz. Partindo dos relatos dos apóstolos no Novo Testamento sobre a última ceia, a crucificação e a ressurreição, nas seções seguintes faremos uma retrospectiva dos principais eventos em torno da Paixão, que teriam culminado na constituição de toda a base do ritual e significância da Páscoa cristã.

2.1 A “Última ceia”

"Última Ceia" é como ficou conhecida a refeição que Jesus dividiu com seus apóstolos em Jerusalém antes da crucificação. Os evangelhos canônicos compartilham relatos de que a Última Ceia acontecera próxima do fim da Semana Santa, após a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e o encontro com judeus e anciãos (ou, a data que corresponderia posteriormente ao “Domingo de Ramos”). Durante a refeição, os principais acontecimentos giraram em torno da preparação dos discípulos para a partida de Jesus, as suas previsões sobre a negação do apóstolo Pedro, a traição de um dos discípulos e a repartição do pão e vinho (considerada a fundação da Eucaristia).

Mateus 26:33-35, Marcos 14:29-31, Lucas 22:33-34 e João 13:36-38, citam a previsão de Jesus sobre a negação de Pedro, de que o apóstolo o negaria três vezes antes que o galo cantasse no amanhecer do dia seguinte. E assim se deu, de modo que, após negar que

conhecia Jesus pela terceira vez, o apóstolo ouvira o galo cantar. Lembrando-se da previsão, chorou copiosamente.

Os relatos sobre a traição de um dos discípulos podem ser encontrados em Mateus 26:23-25, Marcos 14:18-21, Lucas 22:21-23 e João 13:21-30. Em Mateus 26:23-25 e João 13:26-27. Após sair do cenáculo, Judas, a troco de 30 moedas (Mateus 26:15 e 27:3), acorda a delatação de Cristo. De acordo com os evangelhos sinóticos, o beijo de Judas foi o sinal que identificou Jesus aos soldados que foram prender-lhe.

A instituição da Eucaristia, evento de centralidade da fé católica, consta em Lucas e na epístola de Paulo aos Coríntios como se segue:

Pois eu recebi do Senhor, o que também vos entreguei, que o Senhor Jesus na noite em que foi traído, tomou pão e, havendo dado graças, o partiu e disse: Este é o meu corpo que é por vós; fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo tomou o cálice, depois de haver ceado, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto todas as vezes que o beberdes em memória de mim. (I CORÍNTIOS, 11:23)

A expressão “faça isto em memória de mim” em ambos os textos citados, é o dado que institui a Eucaristia como estatuto a ser ritualmente repetido. E, ademais, as narrativas da repartição do pão e vinho feitas por Jesus foram relacionadas ao Êxodo 24:8, quando faz referência ao sacrifício de sangue que Moisés ofereceu para selar a aliança com Deus no Antigo Testamento. Jesus tornava-se, assim, ele mesmo o próprio sacrifício, o “cordeiro” de Deus.

2.2 A Morte e Crucificação de Jesus

As narrativas sobre a morte e crucificação de Jesus constam nos quatro evangelhos canônicos, Mateus 27:33-44, Marcos 15:22-32, Lucas 23:33-43 e João 19:17-30.

Após a Última Ceia com os doze apóstolos, Jesus foi preso no Getsêmani, jardim situado ao pé do Monte das Oliveiras, em Jerusalém, onde orava com os discípulos. De acordo com Mateus 26:57, uma vez capturado, Jesus foi julgado pelo Sinédrio, sendo levado para a casa de Caifás, o sumo-sacerdote, onde os escribas e anciãos estavam reunidos.

De acordo com os relatos bíblicos, Jesus fala muito pouco durante os interrogatórios. Assim, com poucas respostas e quase nenhuma defesa, Jesus terminou por ser condenado

pelas autoridades judaicas por blasfêmia, pela afirmação de ser o Filho de Deus. No entanto, a regra universal do Império Romano limitava a pena capital estritamente ao tribunal do governador. Então, Jesus fora levado a Pôncio Pilatos, governador da província romana da Judéia, com o pedido de que se decretasse a pena de morte, sob as alegações de "perverter a nação", "proibir o pagamento de tributos" e "sedição a Roma". (cf. Lucas 23:1-2)

No Evangelho de Lucas, ao descobrir que Jesus era galileu, Pilatos envia-o a Herodes de Antipas, entendendo que o caso não caberia à sua jurisdição. Este, por sua vez, não vendo em Jesus nenhuma ameaça, o devolve a Pilatos, que por fim declara Jesus inocente das acusações. Mas Pilatos atende o pedido da multidão, mas não antes de lavar publicamente suas mãos, deixando, assim, a responsabilidade pela morte de Jesus em aberta. Após este ato, manda açoitá-lo e o entrega para ser crucificado. (Mateus 27:24-26)

Uma vez no Gólgota, colina do Cálvario, foi pregado à cruz, erguida entre outras duas, de ladrões condenados. (João 19:17-18) De acordo com Marcos, Jesus resistiu por aproximadamente seis horas, da hora terça (aproximadamente 9 horas da manhã) até a sua morte na hora nona (três da tarde, detalhe mencionado apenas em Marcos 15:34-37).

Durante a crucificação, vários eventos sobrenaturais foram relatados, incluindo uma escuridão entre as horas sexta e nona, o rompimento do véu do templo e a ressurreição dos Santos, como atesta o relato mencionado (apenas) por Mateus:

E eis que o véu do templo se rasgou em dois, de alto a baixo; e tremeu a terra, e fenderam-se as pedras; E abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos que dormiam foram ressuscitados; E, saindo dos sepulcros, depois da ressurreição dele, entraram na cidade santa, e apareceram a muitos. E o centurião e os que com ele guardavam a Jesus, vendo o terremoto, e as coisas que haviam sucedido, tiveram grande temor, e disseram: Verdadeiramente este era o Filho de Deus. (MATEUS, 27:51-54)

2.3 A Ressurreição de Jesus

Após ser julgado e condenado pelo Sinédrio e pelo povo, Jesus tivera que suportar as diversas humilhações que lhes foram impingidas até ser crucificado e morto. A continuação deste episódio pode ser encontrada em Mateus 28, Marcos 16, Lucas 24 e João 20. Embora haja divergências nos relatos sobre a ressurreição e posteriores aparições de Jesus, podemos dizer os evangelhos citados acima concordam em alguns pontos: quanto à visita ao sepulcro,

feita no domingo pelas das mulheres; a atenção dada à pedra pesada que fechava a entrada do túmulo; que Jesus ressuscitado escolheu aparecer pela primeira vez para as mulheres (ou mulher) e pediu-lhe(s) que proclamassem este acontecimento para os discípulos.

Após a descoberta do túmulo vazio, os evangelhos relatam que Jesus apareceu diversas vezes. Entre elas estão: a aparição para os discípulos, onde Tomé não acreditou até ser convidado a tocar com seus próprios dedos as chagas de Jesus; a aparição na estrada para Emaús e no Mar da Galiléia. Sua aparição final ocorreu quarenta dias após a ressurreição, quando Jesus ascendeu ao céu, onde o evangelho diz que ele está com o Pai e o Espírito Santo até o dia do seu retorno.

3. PÁSCOA E A HISTÓRIA DE LONGA DURAÇÃO

Ao elegermos como objeto de estudo os fundamentos e influências da constituição da Páscoa como comemoração, estamos trabalhando com porções de longos períodos temporais, que datam da expansão do cristianismo, no século I d.C., até, pelo menos, meados dos séculos V, quando a comemoração, apropriada do judaísmo, consolida-se.

Para o escopo teórico-metodológico, dado que trabalhamos com recorte de um grande período temporal, escolhemos partir dos referencias e conceitos elaborados por Braudel sobre estrutura e a história de longa duração.

Introduziremos uma pequena discussão acerca do conceito de história de longa duração de Braudel. Após, procuraremos verificar a estrutura da Páscoa, afim de demonstrar de que forma a Páscoa cristã rompe com a Páscoa judaica se apropriando da estrutura já existente, mantendo um núcleo em comum, mas, atribuindo-lhe outros signos.

3.1 História de longa duração em F. Braudel – breve discussão.

Braudel estabeleceu uma divisão tripartite da noção de tempo: o estrutural e imóvel, da longa duração; o tempo conjuntural, médio, caracterizado pela mudança, dado pelas oscilações cíclicas da história; e por fim, o tempo breve, dos acontecimentos, próprio da vida cotidiana, da curta duração.

Este tempo, chamado acontecimental, se caracteriza pelos acontecimentos breves do cotidiano, o tempo do cronista, do jornal.

Ao observar a realidade histórica, a atenção pode dirigir-se para aquilo que se move rapidamente, pois, o que acaba de ocorrer, faz mais “ruído”, ou, se manifesta de uma maneira mais imediata. Para Braudel, esse tempo seria “a mais enganadora das durações”, de acontecimentos inebriados por crenças, ilusões e representações sociais, ofuscando as estruturas e percepções mais profundas dos entrelaçamentos históricos, que só poderiam ser evidenciados na longa duração.

Assim, esta massa de acontecimentos “ruidosos” não constituiria, para Braudel, toda a realidade e toda a espessura da história, que, para além dos ruídos, também reside nos “silêncios”. O autor busca passar do tempo breve, para um tempo mais longo, que dá conta não somente das “explosões” que caracteriza um acontecimento, mas também dos “céus” que as suportam, as estruturas.

Há dificuldades em se romper com alguns traços culturais, marcos geográficos, realidades biológicas, limites da produtividade e reações espirituais. Há estruturas de vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações, que se constituem, pois, em apoios e obstáculos, dos quais o homem e sua experiência não podem se emancipar.

Para o historiador, assim, uma estrutura não se caracteriza apenas pelas mudanças, mas também pela permanência, aquilo que fica e se repete ao longo do tempo. Este é o tempo das estruturas, que atravessam imensos espaços de tempo sem se alterar.

Um conteúdo social pode se renovar por inteiro algumas vezes, sem afetar traços estruturais profundos que persistem na história, e, por vezes, mudam apenas na superfície. Assim, há que se captar, além dos fatos singulares, a repetição, aquilo que persiste na longa duração, tanto nas realidades conscientes como nas inconscientes.

A história se explica dentro do seu tempo e suas manifestações singulares, mas também fora do seu tempo, pela sobreposição de conteúdos de várias civilizações que atravessaram grandes espaços de tempo, construindo estruturas que, uma vez solidificadas, o tempo demora a desgastar, permanecendo estruturalmente em uma história de longa duração. Desta forma, procuraremos demonstrar abaixo como a estrutura da Páscoa se mantém numa

história de longa duração sobrevivendo, na sua essência, mesmo ao rompimento que culminou na independência do cristianismo em função da religião judaica.

3.2 Estrutura Páscoa judaica e Páscoa cristã - similaridade e re-significações

Até de fato se encontrar sob pilares estáveis, a comemoração da Páscoa, tanto no cristianismo quanto no judaísmo, foi tomando corpo e forma ao longo de vários e vários séculos, se inserindo em uma história de longa duração que data antes mesmo da escrita do livro de Êxodo.

Como mencionado no capítulo 12:15-17 de Êxodo, a festa dos pães ázimos deveria também ser guardada porque naquele mesmo dia aconteceu a libertação do povo de Deus da terra do Egito. Sendo assim, a incorporação serviu para balizar prescrições de como a data deveria ser respeitada, introduzindo a não ingestão de fermento e a retirada do mesmo das casas sete dias antes da comemoração.

Na medida que não há mais menções sobre a celebração de ázimos, em Êxodo ou outros livros sagrados, a Bíblia deixa em suspenso qual era o sentido e o contexto que a festividade se inseria antes da fusão com o judaísmo. Alguns estudiosos, como Ravasi (1985, p.59-60), associam a comemoração à uma festividade feita por povos que viviam em uma sociedade de base agrária, marcados pelas estações do ano e as épocas de plantio e colheita. Disto, temos o dado primordial abordado por Braudel, o homem em sua relação direta com a natureza, estabelecendo elementos culturais numa história de longa duração, que se repete ciclicamente, dado a natureza de sua ligação original.

Desta forma, vemos os limites, ou, as prisões de longa duração a que se refere o autor. Se o traço encontra-se profundamente arraigado numa história longa, só se consegue superá-lo muito lentamente. A incorporação é uma das formas, onde, pode-se ampliar o significante dentro da mesma estrutura, criando pontos de fissura até que a estrutura anterior seja completamente corrompida pelo desgaste do tempo, e, enfim, seja vinculada à outras relações, a ponto de que seu início se encontre esquecido, à margem de uma história longa.

Quando o cristianismo começa a se estruturar, nos séculos de I a IV, não existiam consolidadas festividades de caráter identitário cristãs, embora se conhecesse as comemorações baseadas no Velho Testamento, fato que podemos constatar pela Bíblia. O

Novo Testamento faz menções à datas comemorativas do calendário litúrgico em I Coríntios 16:8 e Atos 2:1, relatando episódios ocorridos na festa dos ázimos, e, Atos 12:3 e 20:6, mencionando o dia de Pentecostes. Assim, na Igreja Primitiva, a comemoração da Páscoa pelos cristãos se deu de forma difusa, num misto de permanência das práticas anteriores, e, ao mesmo tempo, tentativas de diferenciação das tradições judaicas na qual a celebração estava conformada.

Como atesta Eusébio de Cesaréia, ao tratar do caso das Igrejas da Ásia, vemos que até meados dos século III a Páscoa ainda era comemorada segundo o calendário judaico, no 14 de Nissan:

1. Por este tempo levantou-se uma questão bastante grave, por certo, porque as igrejas de toda a Ásia, apoiando-se em uma tradição muito antiga, pensavam que era preciso guardar o décimo quarto dia da lua para a festa da Páscoa do Salvador [14 de Nissan], dia em que os judeus deviam sacrificar o cordeiro e no qual era necessário a todo custo, caíndo no dia que fosse na semana, pôr fim aos jejuns, sendo que as igrejas de todo o resto do mundo não tinham por costume realizá-lo deste modo, mas por tradição apostólica, guardavam o costume que prevaleceu até hoje: que não é correto terminar os jejuns em outro dia que não o da ressurreição de nosso Salvador. 2. Para tratar deste ponto houve sínodos e reuniões de bispos, e todos unânimes, por meio de cartas, formularam para os fiéis de todas as partes um decreto eclesiástico: que nunca se celebre o mistério da ressurreição do Senhor de entre os mortos em outro dia que não no domingo, e que somente nesse dia guardemos o fim dos jejuns pascaís. [...] (CESARÉIA, 2002, p.118)

Disto, podemos retirar duas questões: a comemoração da Páscoa no 14 de Nissan, considerada apenas “tradição”, e, as mencionadas reuniões, que, por unanimidade, acarretaram na formulação de cartas, contendo decretos eclesiásticos para que a comemoração se estabelecesse no domingo. “O dia do Senhor substituiu o Sabbath [sábado], e a festa cristã da ressurreição, a Páscoa judaica. A data da Páscoa tinha que se calcular eventualmente de tal maneira que impossibilitasse a sua coincidência” (MARKUS *apud* SILVA, 2009, p.11).

A comemoração no domingo distinguia a Páscoa cristã do calendário judeu, visto que o Pêssach poderia ocorrer em qualquer dia da semana seguindo o 14 de Nissan. Com exceção apenas dos chamados quartodecimanos, que defendiam a manutenção da data, os demais aspiravam a consolidação da celebração no domingo.

De acordo com Silva (*op. cit.*), a aproximação entre o episcopado e as autoridades imperiais foi importante para afirmação do ciclo litúrgico. Em 321, o imperador Constantino

I, designou o domingo como dia oficial de intervenção religiosa e marco do início da semana. Até então, o ‘dia de Saturno’, sábado, ocupava lugar privilegiado no calendários romano (e judaico). Além disso, em 314, na assembléia eclesiástica de Arles, e, ainda de forma mais contundente, em 325, no concílio de Nicéia (a ser tratado em seções posteriores), “buscou-se a aceitação romana quanto à comemoração da Páscoa, em tons marcadamente anti-judaicos.” (*idem ibid*)

O ciclo temporal pascal representava, assim, um duplo fenômeno de complexificação do Domingo da Páscoa: alusivo tanto à complementação de festas e temporadas de interdição precedentes e posteriores ao evento, quanto à adesão de ritos preferencialmente ministrados neste período. (SILVA, 2009, p. 11)

Assim, quando a Páscoa começou a ser celebrada pelo cristianismo, revestiu-se de uma outra roupagem que marcaria sua individualidade como nova religião, independente do judaísmo. O Novo Testamento reformulou o sentido da Páscoa judaica atribuindo-lhe, por um lado, outras significâncias e, por outro, estabelecendo ligações com o Antigo Testamento.

Se a Páscoa de Israel foi a libertação de escravos políticos e econômicos para transformá-los em pessoas livres, aliados de Deus e possuidores de esperanças, a Páscoa de Jesus é a libertação da causa de todas as escravidões, a elevação de homens e mulheres à dignidade de filhos e filhas do pai celeste e herdeiros da vida eterna. (VIEIRA, 2010)

A nova simbologia atribuída ao evento, centralizava a figura de Jesus, cuja divindade fora atestada com a ressurreição depois da morte na cruz. Assim, ele tornara-se o próprio “cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo”, tal qual anunciado por João 1:29 quando o encontrou pela primeira vez.

Para compreender a ligação entre cordeiro e redenção, é preciso voltar ao início do Velho Testamento. Uma das primeiras menções a sacrifícios podem ser encontradas em Gênesis (4:3-5), onde apenas Abel consegue agradar a Deus, trazendo “dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura” como oferta, enquanto as frutas de Caim não recebem atenção. Outra oferta que agradou a Deus foi a de Noé, que, mesmo após o dilúvio, sacrificou animais “limpos” como graças (Gênesis 8:20-21). Já para Abraão, em Gênesis 22:10-13, Deus é que

ordenara que ele sacrificasse seu filho Isaque. Quando ele estava prestes a executar o que lhe fora pedido, Deus interveio e substituiu a morte de Isaque pela de um carneiro.

Assim, temos no Velho Testamento que, para obter o perdão, aqueles que se arrependeram de seus pecados, deveriam fazer sacrifícios à Deus (cf. Levítico 4). De acordo com Levítico 1:1-4, o animal tinha que ser perfeito, e, quem oferecia o sacrifício, deveria se identificar com ele. E, no “dia da expiação”, baseado em Levítico 16, o sacerdote cumpria um ritual com dois bodes, onde um era sacrificado pela expiação, e o outro era solto no deserto, afim de que levasse para longe os pecados nele depositados.

Com isto, podemos investigar as duas Páscoas. A figura a seguir esquematiza resumidamente a espinha dorsal que estrutura o campo semântico atrelado às celebrações de ambas as religiões, que se dá nos seguintes termos:

Páscoa judaica, elementos básicos constituintes – cordeiro – sacrifício – libertação. Páscoa cristã, elementos básicos constituintes: “cordeiro” - “sacrifício” - ressurreição – libertação. Dentro do limite, este esquema básico deixa claro a similaridade entre ambas estruturas. O que não significa, em nenhuma hipótese, que o sentido atribuído a cada termo seja o mesmo.

De um lado, temos a Páscoa judaica, que trás o signo do cordeiro associado ao sacrifício. A décima praga requisita o sangue da imolação para demarcar as portas das casas a fim de protegê-las do anjo da morte. E, uma vez sacramentada a mortandade dos primogênitos, o Faraó concede a libertação do Egito. Este evento funda a comemoração da Páscoa, instituída como estatuto perpétuo em Êxodo.

De outro lado, temos a formação de um evento em torno da figura de Jesus, que é vinculado à simbologia do "cordeiro", presente na Páscoa e nas práticas de sacrifício indicadas no Velho Testamento. Seguindo a mesma idéia de substituição (na qual o animal era morto no lugar do pecador, ou, para expiar-lhe seus pecados), é na qualidade de filho de Deus que voluntariamente Jesus deixara-se sacrificar para redimir toda a humanidade e convertera-se no próprio "cordeiro de Deus", enviado para expiar os pecado da humanidade, aquele que, da Última Ceia até o momento de sua crucificação, não apresentou defesa ou resistência.

Ainda que sob outras conotações, temos a mesma estrutura do cordeiro (encarnado por Jesus), que, uma vez sacrificado, auxilia na obtenção de libertação. Mas, desta vez, se trata da libertação não apenas de um povo, mas de toda a humanidade.

Assim, trata-se de uma ruptura com a estrutura anterior, mas não completa, dado que ainda guarda similaridades estruturais. No entanto, o principal ponto de ruptura para com a estrutura judaica se dá com a introdução do conceito da “ressurreição”, fato que, para os cristãos, atesta a condição divina de Cristo como um ser designado para salvar o mundo, filho enviado por Deus, e, por isto, detentor de plenos poderes e direito para redimir os pecados de todo o mundo. Este conceito, para além de fundamentar a Páscoa, contribui com a constituição teológica e base ritual da própria religião.

Após a Páscoa, a Igreja Católica Romana remete-se à memória da Última Ceia cumprindo o rito do mistério da “transubstanciação”, onde o vinho e o pão convertem-se no corpo e sangue de Cristo, permitindo que a comunidade se lembre do sacrifício feito por Cristo, e reafirme sua ligação com ele através da eucaristia.

Desta forma, concluímos que, pelo fato da Páscoa cristã se desmembrar da Páscoa judaica, é possível notar um mesmo pano de fundo estrutural baseado na noção cordeiro-sacrifício-libertação, mesmo que as atribuições sejam diferentes.

Não obstante, o sacrifício de Cristo vincula-se não apenas com a Páscoa, mas dialoga com práticas do Velho Testamento, ainda que no intuito de mudar-lhe o curso, pois, a partir de então, não seria mais necessário sacrifício animal, pois os pecados já foram saudados pelo sangue do sacrifício do filho de Deus (SANTOS, 2011, p. 102). Assim, através dos conceitos de morte, ressurreição e redenção dos pecados, atribui-se uma nova dimensão à Páscoa, onde a ressurreição vinculada aos outros elementos, se constitui em um dos “novos” dados estruturais colocados pelo cristianismo. A Páscoa comemorada sob as novas insígnias cristãs foi fundamental para demarcar o cristianismo como religião distinta do judaísmo, norteadas pela figura de Jesus.

Fontes:

BÍBLIA, Português. *Bíblia Sagrada*. 45a. edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

CESARÉIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. Tradução de Wolfgang Fisher. São Paulo: Novo Século, 2002.

Referências bibliográficas e bibliografia:

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1990.

MATOS, Júlia S. *Lucien Febvre e a quádrupla herança: aspectos teóricos do campo biográfico*. Biblos: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, Ed. da FURG, n. 20, p. 165-178, 2006.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4. ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

RAVASI, Gianfranco. *Êxodo*. São Paulo: Edições Paulina, 1985.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Sônia Duarte. *A última Páscoa de Jesus e a Santa Ceia*. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Cadernos da Pós-graduação. Vol.11, n.1, 2011. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Letras/Volume_11/

SILVA, Paulo Duarte. *Ciclo Pascal e normatização litúrgica no século XVI: análise comparativa dos casos de Arles e Braga*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4. ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

VIEIRA, Luiz Soares. *Lições de Páscoa*. Folha de São Paulo. São Paulo 04/04/2010. Caderno Opinião. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0404201008.htm>, acesso 2013.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Biblos, Rio Grande, 1 (1): 55-67, 2010. 67 Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

JONES, P. PENNICK, N. *A history of pagan Europe*. London: Routledge, 1995.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: A história nova. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VOVELLE, M. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: EDUEM, 2000.

ROBINSON, James M. *The Story of the Bodmer Papyri, the First Christian Monastic Library*. Nashville: [s.n.], 1987.

SAVEDRA, M et al; *Questões de interculturalidade no ensino da língua alemã como segunda língua DaZ (DeutschalsZweitsprache) – O caso dos “ovinhos de Páscoa” (Ostereier)*. Pandaemoniumgermanicum 16/2010.2, p.204-219– disponível em: www.fflch.usp.br/dlm/alemao/pandaemoniumgermanicum

TOMAZ, P. C., et AL. *A celebração da Páscoa judaica e as tradições culturais – simbologia e significado*. Anais do 1º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, 2008.